



Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior

II CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

ANAIS

26 A 28 DE SETEMBRO DE 2012



Diretoria

Profa. Dra. Valquíria Pereira Tenório

Coordenação do Curso de Administração

Profa. Ms. Luciana Antoniosi

Coordenação do Curso de Direito

Prof. Manoel Geralcino Alves

COMISSÃO ORGANIZADORA

Profa. Dra. Valquíria Pereira Tenório

Profa. Ms. Luciana Antoniosi

Prof. Manoel Geralcino Alves

Prof. Ms. Edson Tomas Ferroni

COMISSÃO AVALIADORA

Prof. Antonio Carlos Cioffi Junior

Prof. Carlos Eduardo Futra Matuiski

Prof. Carlos Eduardo Manfrei

Profa. Ms. Carolina Gallotti

Profa. Ms. Ester Cardoso da Silva

Profa. Ms. Karina Zoboli Buttarelo

Profa. Ms. Marcela Avelina Costa

Prof. Mauro Donizeti Verga

Prof. Rodrigo Antonio Coxe Garcia

Profa. Ms. Sthepânia Cottorello Vitorino

Profa. Ms. Viviane Carla Fortulan

EQUIPE TÉCNICA

Aline Cristina de João

Edna Maria de Mattos Gardini

Josiane de Cassia Aparecida Lacerda

Luiz Gustavo de Oliveira Gonzaga

Vânia Maria de Gaetano

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
PROGRAMAÇÃO	9
RESUMOS	12
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	13
CURSO DE DIREITO.....	38

APRESENTAÇÃO

A segunda edição do Congresso de Iniciação Científica do Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior (II CIC do IMMES) será mais uma oportunidade para os discentes apresentarem suas pesquisas em fase final ou em elaboração.

Os objetivos principais do II CIC do IMMES são esclarecer o que é pesquisa; estimular o envolvimento do aluno no mundo da pesquisa; contribuir para o desenvolvimento de habilidades de preparação e apresentação de trabalhos científicos; divulgar as pesquisas realizadas no IMMES para toda a comunidade e intensificar a preparação do aluno para seus trabalhos de conclusão de curso.

Todos os discentes puderam se inscrever no congresso, no entanto, os discentes dos últimos anos dos cursos de Direito e Administração se inscreveram em maior número, pois muitos deles já estão em adiantado processo de elaboração de seus trabalhos de conclusão de curso.

Os alunos dos primeiros anos também são incentivados a se inscrever para apresentar seus projetos de pesquisa ou idéias, mesmo que iniciais, para uma pesquisa científica. Dessa maneira, tais alunos podem aproveitar o espaço do congresso para dialogar e/ou amadurecer suas questões de pesquisa, ou ainda para entender melhor o que seja essa área dentro do universo que é o ensino superior.

Os trabalhos recebidos serão avaliados por uma comissão composta por docentes da instituição. Serão premiados os quatro melhores trabalhos sendo 2 de Direito (1 como apresentação oral e 1 como painel) e 2 de Administração (1 como apresentação oral e 1 como painel). A premiação acontecerá em data a ser agendada posteriormente, uma vez que é necessário aguardar as notas dos avaliadores ao final do Congresso.

Há duas formas de apresentação no CIC do IMMES: painel ou apresentação oral.

- **Painel**

O aluno-autor deve ter em mente que o painel deve ser simples e auto-explicativo; as sessões de painéis oferecem um ambiente propício para discussão informal.

O aluno-autor deverá permanecer junto ao seu painel, para responder as questões do avaliador. Após, o aluno poderá circular pela sessão para conhecer os outros trabalhos apresentados.

- **Apresentação oral**

O autor terá 15 minutos para apresentar seu trabalho; haverá disponibilidade de multimídia desde que solicitado previamente;

As sessões de apresentação oral dos trabalhos ocorrerão em sessões previamente agendadas e informadas ao aluno autor, por e-mail.

É esperado que os alunos-autores apresentem de forma clara, tanto em seus painéis quanto nas apresentações orais, os objetivos da pesquisa, os métodos, a discussão teórica, os resultados e/ou conclusões encontrados ou esperados.

Os alunos que apenas assistirão o CIC neste ano terão a oportunidade de conhecer melhor as pesquisas e resultados de seus colegas veteranos e se familiarizarem com a iniciação à pesquisa e com o congresso para uma futura participação com apresentação de seus trabalhos.

Profa. Dra. Valquíria Pereira Tenório - Diretora IMMES

PROGRAMAÇÃO

- **Dia 26/09/2012**

Abertura do Congresso de Iniciação Científica do IMMES

Para o Curso de Direito teremos a palestra: Aspectos do desenvolvimento Histórico do Direito Processual Civil: para uma visão crítica e multidisciplinar.

Horário: 19h30

Local: Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES

PALESTRANTE: Dr. Marcelo Gomes Franco Grillo

DD. Procurador-Geral do Município de São Carlos-SP.

Marcelo Gomes Franco Grillo é Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Especialista em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC e em Direito Constitucional pela Escola Superior de Direito Constitucional. É Procurador Geral do Município de São Carlos. Autor do Livro "O Direito na filosofia de Slavoj Zizek: perspectivas para o pensamento jurídico crítico (Alfa Omega, 2011). Ex-Professor assistente na Universidade de São Paulo - UPS

Para o Curso de Administração teremos a palestra: Empreendedorismo.

Horário: 19h30

Local: Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES

PALESTRANTE: Professor Mestre Carlos Alberto Xavier do Nascimento

Possui graduação em Administração de Empresas com Ênfase em Análise de Sistemas pela Faculdades Integradas Rui Barbosa (2000) e mestrado em Agronegócios pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2006). Tem experiência na área de Administração, leciona: Teoria da Administração, Gestão de Serviços, Gestão Ambiental, Gestão de Negócios, Empreendedorismo, Administração de Marketing, Plano de Negócios e Administração Estratégica. Consultor em Administração (Serviços, Planos de Negócios, Pesquisas em Comportamento de Consumidor e Sistema de Inteligência de Marketing) e palestrante do CRA-SP.

- **Dia 27/09/2012**

Neste dia acontecem as apresentações orais dos trabalhos selecionados.

Horário: 19h30

Local: Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES

- **Dia 28/09/2012**

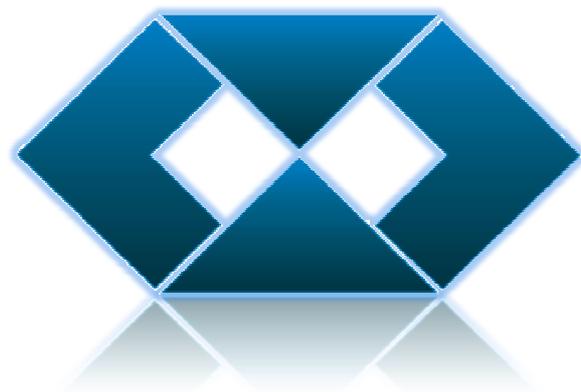
No último dia do CIC os alunos-autores apresentam seus painéis.

Horário: 19h30

Local: Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES

Toda a programação é gratuita e aberta à comunidade Matonense.

RESUMOS



CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

O PAPEL DO TREINAMENTO NO DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS NAS ORGANIZAÇÕES

Camargo, Ana Silvia de
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
ana.camargo@electrolux.com.br

RESUMO

O treinamento é uma maneira eficaz de agregar valor às pessoas, à organização e aos clientes. Então se pergunta: Investir no treinamento de profissionais de uma organização seria uma possibilidade de adquirir vantagem competitiva?. Dessa forma, esta pesquisa justifica-se pelo fato de que o treinamento surge como uma ferramenta primordial para o desenvolvimento da empresa e instrumento de vantagem competitiva para administração de Recursos Humanos. O objetivo desta pesquisa foi investigar se investir no aprimoramento contínuo do profissional é investir no crescimento e desenvolvimento da empresa, valorizando e desenvolvendo o potencial e habilidades dos funcionários, através de treinamento, gerando ferramentas necessárias que gerem a competitividade. Além da pesquisa bibliográfica com o intuito de construir a fundamentação teórica do trabalho, foi realizada também uma pesquisa de campo, onde foi apresentado um trabalho de treinamento para os colaboradores e fornecedores da empresa Electrolux. Com os resultados observou-se que os treinamentos estão sendo de vital importância para alinhar e reciclar os conhecimentos das pessoas, sendo que o treinamento é a base para o sucesso da empresa. A Escola busca nestes treinamentos, enfatizar a importância do comportamento e comprometimento do funcionário em suas atividades, com interface pessoal e profissional. Conclui-se com a pesquisa que treinar é educar, ensinar, é mudar o comportamento, é fazer com que as pessoas adquiram novos conhecimentos, novas habilidades, é ensiná-las a mudar de atitudes. É o que está sendo constatado na Escola de Manufatura da empresa, pois observa-se que a participação nestes treinamentos permite aos funcionários e prestadores, uma maior interação, troca de informações e incentiva cada vez mais oportunidades de crescimento.

Palavras-chave: Treinamento. Desenvolvimento de Pessoas. Escola de Manufatura.

ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL

Cônsolo, Natalia Grazielle
Instituto Matonense Municipal de Ensino superior - IMMES
natalia_consolo1@hotmail.com

RESUMO

Este tema pretende abordar um fenômeno que atinge milhões de trabalhadores em todo o mundo, que fere a dignidade e a identidade dos mesmos, podendo invadir a sua intimidade e privacidade, e desestabilizar a sua relação com o ambiente de trabalho. O cenário atual do mercado de trabalho contribui para uma maior incidência desse fenômeno, posto que se imponha constantemente ao trabalhador metas de produtividade, exigindo-se que ele seja cada vez mais “produtivo”, deixando de lado a sua própria dor ou a de seus semelhantes. Nota-se que o assédio moral prevalece à desvalorização da pessoa e prevalece o valor material, financeiro e de posse, onde o trabalhador sofre preconceito, ofensas constantes, podendo desencadear diversos problemas físicos, emocionais e psicológicos. Assim, este trabalho vem enfatizar o assunto, e dar um esforço a coibi-lo, pois atinge fortemente a dignidade humana. Desta forma, há um esforço no sentido de enfraquecer o assédio moral, e garantir o direito à dignidade humana, que ao lado do direito à vida, é o mais fundamental dos direitos constitucionais.

Palavras-chave: Assédio moral. Ambiente organizacional. Trabalho. Preconceito

SISTEMA DE QUALIDADE NOS PROCESSOS PRODUTIVOS: O DESAFIO DE ENVOLVER O SETOR DE USINAGEM NA BUSCA DA EXCÊLENCIA

Costa, Edy Carlos da
Instituto Matonense Municipal de Ensino superior - IMMES
edycarloscosta@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho se propõe á apresentar um estudo em questão da qualidade, e adaptação pessoal para obter uma autonomia no andamento dos processos no setor de usinagem de peças, onde atuando de maneira conjunta o Controle de Qualidade e a Engenharia Industrial possam promover melhorias nos processos e treinamentos, para que os funcionários tenham conhecimento sobre o que estão produzindo. A Empresa também deve se antecipar de situações que possam causar problemas, desperdícios ou retrabalho. Atualmente a empresa enfrenta dificuldades relacionadas com a forma como é gerida a linha de produção. Os funcionários possuem pouca autonomia nos processos e este fator parece estar contribuindo para queda da produtividade. O trabalho tem como objetivo propor melhorias e treinamentos e identificar possíveis problemas para que as pessoas possam obter autonomia sem dificuldades e medos ao tomar uma decisão, estudo foi realizado em uma empresa nacional de grande porte, do ramo de implementos agrícolas, localizada no estado de são Paulo para coletar os dados utilizou um questionário que foi aplicado ao responsável do departamento.

Palavras-chave: Controle de Qualidade. Autonomia. Treinamentos. Identificar problemas.

CRM – UMA ESTRATÉGIA DE RELACIONAMENTO COM CLIENTE

Crenon, Francielle Aparecida de S. Soares
Instituto Matonense Municipal de Ensino superior - IMMES
franscrenon@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo trata da importância do CRM (Customer Relationship Management) na empresa, que é a gerência de relacionamento com cliente. Seu objetivo principal é mostrar que a gerência de relacionamento com os clientes é destinada a entender e influenciar o comportamento dos clientes por meio de estratégias e comunicações significativas. Trata-se de uma análise exploratória, por meio de uma pesquisa qualitativa. O artigo é baseado na abordagem teórica de alguns grandes autores envolvidos nesta discussão. Pode-se considerar que nos dias de hoje as empresas oferecem produtos a custos cada vez menores, alto nível de qualidade e muitas promoções, buscam na fidelização de seus clientes, analisando as reais necessidades do mercado e focados em atender os clientes, ganhar da concorrência, pois não basta apenas obter os melhores produtos ou serviços, mas sim satisfazer seus clientes. Tal análise se justifica pela importância do tema na atualidade e também pela necessidade de aprofundamento do conhecimento acadêmico e profissional, um tema técnico e objetivo, dando ênfase à importância do CRM para o sucesso das empresas. Esta análise aborda o CRM bem aplicado na empresa possibilita vantagens competitivas e gera fidelização e lealdade de seus clientes, além de proporcionar seu sucesso no mercado por meio desta estratégia diferenciadora.

Palavras-chave: Gerenciamento. Clientes. Organização. Relacionamento. Sucesso.

A IMPORTÂNCIA DO AGRONEGÓCIO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA.

Demico, Fabiana dos Santos
IMMES - Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior
fsdemico@hotmail.com

RESUMO

O seguinte artigo tem por objetivo apresentar a importância do agronegócio para a economia brasileira, com foco na agricultura e no desenvolvimento agroindustrial. Seu objetivo principal é a observação, descrição e compreensão do agronegócio brasileiro. Trata-se de um estudo descritivo qualitativo, que descreve o cenário e a importância do agronegócio brasileiro. Esta análise é um estudo teórico por meio do levantamento bibliográfico. Em virtude do crescimento acelerado, a importância do agronegócio para economia vem sendo de muito valor, como ferramenta para o desenvolvimento e crescimento do país, contribuindo para as conquistas, desafios e competitividade na globalização. Assim, ao decorrer do tema serão analisados os aspectos pertinentes ao agronegócio e seu impacto sobre o desenvolvimento do país. O tema se justifica pela importância desse assunto no cenário organizacional e econômico do país. O crescimento do PIB brasileiro tem uma forte relação dos resultados do agronegócio, e este depende de mudanças estruturais e políticas de incentivo para auxiliar este crescimento.

Palavras-chave: Agronegócio. Economia. PIB. Agribusiness.

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DA QUALIDADE: UM ESTUDO APLICADO A PRODUÇÃO DE COLCHÕES NO MERCADO BRASILEIRO

Fernandes, Edson Carlos
Instituto Matonense Municipal de Ensino superior - IMMES
edfernandes23@yahoo.com.br

RESUMO

Este estudo aborda a importância da gestão da qualidade, especificamente na produção de colchões pelas indústrias brasileiras. Trata-se de um estudo de caso, por meio de pesquisa exploratória bibliográfica das teorias dos mais relevantes autores envolvidos nesta discussão. Neste estudo, a gestão da qualidade é vista como o fazer bem-feito desde a primeira vez. Ter zelo e cuidado naquilo que se faz, sabendo com clareza para que sirva a quem se destina e quais os níveis de controle indispensáveis para que se alcance o máximo de resultados satisfatórios, com menor esforço, atingindo metas, objetivos e finalidades. Hoje existem vários critérios de controle de qualidade em relação a produção de colchões, tais como: a certificação ISO 9000, o Selo do Inmetro e o Selo Pró-espuma, também detalhados neste estudo. Nota-se que a qualidade é reconhecida pelo cliente como fator diferenciador do produto no momento da compra e no caso de colchões, este comportamento não é diferente, o que exige das empresas, maior comprometimento e seriedade nos processos produtivos, na busca de maior competitividade e da satisfação dos clientes.

Palavras-chave: Qualidade. Gestão. Produto. Colchões. Processo.

EMPREENDEDORISMO: O PERFIL DO EMPREENDEDOR

Geraldo, Glauceli Aparecida
Instituto Matonense Municipal de Ensino superior - IMMES
g-glau@hotmail.com

RESUMO

O seguinte artigo tem por objetivo apresentar a importância do empreendedorismo para o sucesso organizacional, com foco no papel do empreendedor, seu objetivo principal é a observação, descrição e compreensão do perfil empreendedor no mercado. Trata-se de uma análise exploratória, fundamentada por uma pesquisa qualitativa. Nota-se que os empreendedores estão sempre buscando a perfeição, papel fundamental dentro do mundo financeiro, visam à consciência como aliada para investimentos, buscam amadurecer ideias através de conhecimento e estudos para seu aperfeiçoamento, o empreendedorismo é um processo dinâmico, que ocorre quando as pessoas assumem riscos, tempo e comprometimento para melhoria de recursos e materiais. Podemos obter grandes vantagens e sucesso em nosso trabalho, tendo atenção do público empreendedor e assim, obtendo êxito e independência financeira. Diante disso, tal análise se justifica pela importância do tema na atualidade e pelo relevante papel do empreendedor na sociedade empresarial. Os pequenos empreendimentos são de grande importância para o desenvolvimento econômico e social do país, pois geram empregos, possibilitando a estabilidade e continuidade do desenvolvimento da nação. Um empreendedor tem visão do ambiente de mercado, é capaz de identificar, administrar e gerenciar negócios e oportunidades visando à ampliação de suas ideias e conseqüentemente o crescimento financeiro da empresa, pois a pressão exercida sobre ele é muito forte, tendo fatores internos e externos que lhe são cobrados a todo momento.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Negócio. Administração. Empreendedor. Organização.

IMPLANTAÇÃO DO CONCEITO DE TROCA RÁPIDA DE FERRAMENTAS NO SETOR DE ESTAMPARIA DE UMA EMPRESA FABRICANTE DE ELETRODOMÉSTICO DE LINHA BRANCA

Rodrigo Guimarães
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior - IMMES
rodrigao7420@hotmail.com.br

RESUMO

O presente trabalho aborda os principais conceitos e particularidades da “Troca Rápida de Ferramentas (TRF)”, apresentando sua importância como ferramenta de suporte no alcance da competitividade organizacional, por primar pela flexibilidade e otimizar o tempo de resposta de processos produtivos. A Troca Rápida de Ferramentas é essencial para obtenção de um sistema produtivo competitivo no mercado globalizado. Dentro do escopo desse trabalho está também demonstrar a implementação da ferramenta em questão (TRF) em um processo de Metalurgia em uma empresa do segmento de eletrodomésticos localizada na cidade de São Carlos-SP. O método desta pesquisa é a pesquisa bibliográfica, acompanhada de estudo de caso chamado de pesquisa-ação. A pesquisa-ação é uma forma de ação coletiva e planejada, podendo ser de caráter técnico, orientado em função da resolução de problemas reais ou de objetivos de transformação. O presente trabalho ainda revela que a empresa pesquisada possui um grande potencial de ganho em seu processo produtivo, tendo com a implementação da ferramenta a possibilidade de maximizar seus resultados, com baixos investimentos e alta motivação de seu pessoal.

Palavras-chave: TRF. SMED. Setup. Troca rápida.

ESTRATÉGIAS APLICADAS AO COMPOSTO DE MARKETING UM ESTUDO DE CASO SOBRE A COCA-COLA NO BRASIL

Guiráo, Priscila Silva
Instituto Matonense Municipal de Ensino superior - IMMES
priscilaguirao@hotmail.com

RESUMO

O seguinte artigo tem como objetivo apresentar o composto de marketing e a importância de sua utilização para as empresas, com foco na empresa Coca Cola do Brasil. Neste sentido, este estudo pretende mostrar como uma grande empresa utiliza do marketing para ganhar vantagem competitiva. Trata-se de um estudo de caso do Refrescos Ipiranga, com foco na marca Coca-Cola do Brasil. Quando os executivos começaram a reconhecer o marketing como vital para o sucesso de suas empresas, uma nova filosofia de negócio foi desenvolvida. Chamada de conceito de marketing, ele enfatiza a orientação ao cliente e a coordenação das atividades de mercado para se alcançar os objetivos de desempenho da organização. A adoção da marca Coca Cola do Brasil, se dá pelo sucesso e relevância na mesma no mercado onde atua, como uma das marcas mais consumidas e reconhecidas da história. Trata-se de um estudo de caso, embasado com a teoria de marketing existente e detalhada pelos principais autores desta área. Esse trabalho será fundamentado através de buscas bibliográficas, dados da empresa e da marca em questão.

Palavras-chave: Empresa. Composto de marketing. Marketing. Coca Cola do Brasil.

ANÁLISE DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E DA GESTÃO DE PORTFÓLIO DE PRODUTOS E PROJETOS NO SETOR CALÇADISTA DOS PÓLOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Julio, Guilherme César
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior - IMMES
guilhermecjulo@hotmail.com

RESUMO

As empresas industriais brasileiras do setor de calçados disputam um lugar no mercado mundial, onde se é necessário a busca contínua pela melhoria da competitividade. Para alavancar a competitividade desse setor industrial é preciso que as estratégias competitivas das empresas sejam adaptadas a realidade do setor e a novas formas de concorrência. O desenvolvimento de novos produtos deve estar alinhado a essas estratégias competitivas, além de precisar ocorrer com grande velocidade e eficácia, já que os produtos desta indústria são fortemente afetados pelas tendências da moda, que estão em constante mudança. O objetivo geral deste estudo é analisar a gestão do processo de desenvolvimento de produtos e a gestão de portfólio de produtos e projetos nos pólos produtores e exportadores do estado de SP. Buscou-se identificar as estratégias competitivas adotadas pelas empresas do setor; analisar como essas estratégias afetam o processo de desenvolvimento de novos produtos e gestão de portfólio de produtos e de projetos; identificar quais as práticas de desenvolvimento de produtos e de gestão de portfólio de produtos e projetos adotadas pelas empresas dos pólos; analisar como são feitas as escolhas dos projetos a serem desenvolvidos e dos novos modelos a serem lançados, bem como são conduzidas as melhorias no processo de desenvolvimento de produtos.

Palavras-chave: Pólos industriais. Competitividade. Desenvolvimento de produtos. Estratégia competitiva. Gestão de portfólio de produtos e projetos.

FACTORING NO BRASIL E SUAS ATUAÇÕES

Lopes, Nayara Guimarães
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
nayaralopes00@yahoo.com.br

RESUMO

Em tempos novos a comercialização consiste em várias áreas, por tanta existem também concessões de créditos em área negocial. Em função de tantas conversões, este trabalho propõe esclarecimentos sobre o conceito de *factoring* e sua importância no mercado financeiro. O mundo dos negócios está cada vez mais desenvolvido, neste sentido, existem várias questões a serem formadas. Esta análise se justifica, pois, este fomento tornou-se uma ferramenta importante para a manutenção do capital de giro das empresas, especialmente das micro e pequenas empresas que encontram facilidade em adquirir créditos. A atividade de *factoring* é muito importante para o crescimento dos negócios e para o equilíbrio financeiro das Empresas nacionais. É um mecanismo de gestão comercial que expande os ativos, o aumento de vendas, sem fazer dívida. Nota-se *ainda que*, *factoring* é considerada um fomento mercantil. Portanto, esta análise tem como objetivo por meio do conhecimento das principais atividades realizadas pelas *factoring* brasileiras, aprimorar o conhecimento do pequeno e médio empresário contribuindo para o aprimoramento e evolução do conhecimento nesta área. Sendo assim, este trabalho é baseado em levantamento bibliográfico, enfatizando em conceito e atividades específicas de *factoring* na visão dos principais autores envolvidos nesta discussão. É tema muito importante para adquirir conhecimentos e manuseio desta área e não endividamento junto aos bancos.

Palavras-chave: *Factoring*. Fomento mercantil. Capital de giro. Comercialização.

PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

Macarini, Thiago
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior - IMMES
thimacarini@hotmail.com

RESUMO

As organizações e os indivíduos estão em processo de atração. Do mesmo jeito que os indivíduos buscam entrar em organizações, seja na tentativa de desenvolvimento profissional, ou na busca de auto-sustento, as empresas buscam indivíduos que tenham habilidades suficientes para compor o seu quadro de funcionários. O objetivo em geral é estabelecer uma relação de troca de benefícios, e isso irá ocorrer caso a pessoa escolhida apresentar os requisitos para se adequar à vaga. Por causa desta procura por pessoas adequadas, faz-se necessário a realização de um processo de recrutamento e seleção o mais eficaz possível. Segundo Chiavenato (1985), recrutamento é o conjunto de procedimentos que visa atrair candidatos potencialmente qualificados e capazes de ocupar cargos dentro da organização. É um sistema de informação através do qual a organização divulga e oferece ao mercado de recursos humanos, oportunidades de emprego que pretende preencher. O recrutamento consiste em fornecer à organização um número suficiente de pessoas, aquelas necessárias à organização para a consecução de seus objetivos, a partir de dados referentes às necessidades presentes e futuras de recursos humanos da organização.

Palavras-chave: Recrutamento. Seleção. Organização.

GESTÃO DE CONFLITOS NO AMBIENTE EMPRESARIAL

Nascimento, Rafael José do
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
rafa.jnascimento@gmail.com

RESUMO

Atualmente as empresas contam com um quadro de funcionários muito diversificado para atender sua demanda operacional. Desta forma, o ambiente empresarial torna-se composto de uma miscigenação de raças, culturas e gostos diferentes, e, sem a capacidade de trabalhar em conjunto com uma cultura diferente, o profissional em algumas situações acaba criando situações conflituosas diante de questões que possivelmente num diálogo seria resolvido. Outra questão que compõe o ambiente empresarial, é a necessidade de profissionais cada vez mais capacitados à atender a grande demanda da empresa. Com a rápida evolução do mercado e ao crescimento da globalização, o profissional que mais se destaca e corresponde às necessidades da empresa tem sua chance de crescimento profissional garantida, porém, quando isso acontece, também se cria no ambiente de trabalho uma grande disputa entre profissionais, onde um irá querer sobressair-se ao outro, e nesta disputa sempre surgirá algum tipo de conflito. Há também situações, em que, o uso do “poder” de cargo pode causar situações de conflitos na empresa, no qual, um líder faça ou fale algo desnecessário e com o intuito ou não de prejudicar um subordinado e este por sua vez, pode não receber positivamente a mensagem de seu líder, gerando desta maneira, uma situação de conflitos na organização. O uso do poder de cargo pode também ser usado entre pessoas com o mesmo nível hierárquico, no qual uma ordem dada a subordinados possa ser revogada por outra, e sem o consentimento do primeiro a dar a ordem. Isso acontece em algumas vezes, quando um líder queira mostrar seu nível de poder na empresa e o outro também, medindo isso de forma direta à seus subordinados. De maneira geral, todo conflito não solucionado de forma rápida e objetiva trará grandes prejuízos à empresa, no que envolve toda sua estrutura. O objetivo dessa pesquisa é mostrar as diversas situações que pode levar a um conflito interno, suas consequências negativas à empresa, suas consequências negativas aos funcionários e apresentar formas estratégicas de solucioná-las.

Palavras-chave: Conflitos. Empresarial. Solucionar. Problemas.

BALANCEAMENTO NOS PROCESSOS PRODUTIVOS MULTI-MODELOS

Pascoalino, Marcelo Francisco
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
mf.pascoalino@bol.com.br

RESUMO

Em linhas de montagem ou em sistemas produtivos onde a diversidade da produção é vista como estratégia de competitividade, a customização torna-se uma ferramenta de suma importância, possibilitando a produção de vários itens dentro de uma mesma linha de montagem, trazendo desta forma flexibilidade e vantagens no processo produtivo. Para este é necessário que se tenha linhas de montagem capazes de alternar diferentes modelos de um mesmo produto, sendo estas denominadas linhas de montagem *multi-modelos*. Dentro desses sistemas produtivos, a distribuição das tarefas de montagem entre as estações de trabalho tende a ser mais complexa, devido às características de cada modelo produzido nesta linha. Cabe então dentro dos sistemas relatados um estudo de balanceamento de linha multi- modelos, distribuindo melhor a carga de trabalho entre as estações e tendo ganho na produtividade. O balanceamento de linhas de montagem multi-modelos tem se apresentado como um problema clássico nas indústrias. Formalmente, o problema de balanceamento de uma linha de montagem multi-modelos pode ser definido da seguinte maneira. Dado o número de modelos, as suas tarefas associadas, o tempo para realização de cada tarefa e suas relações de precedência, o problema consiste em alocar as tarefas a uma determinada seqüência de estações de modo que as relações de precedência sejam satisfeitas e a capacidade otimizada (EREL; GOKCEN, 1999).

Palavras chave: Balanceamento de linha multi- modelos. Otimização. Padronização. Flexibilidade.

QUALIDADE NO ATENDIMENTO E SATISFAÇÃO DO CLIENTE: ESTUDO DE CASO NA IMOBILIÁRIA CARDINALI EM SÃO CARLOS-SP.

Pascoalino, Mayza Rodrigues da Silva Franco
Instituto Matonense Municipal de Ensino superior – IMMES
mayza@jcardinali.com.br

RESUMO

Este trabalho discute a qualidade do atendimento prestado por uma imobiliária a seus clientes, desde a primeira negociação de compra do imóvel até a concretização do negócio, objetivando identificar como o serviço de suporte pode ser visto como diferencial pela Imobiliária Cardinali. Atualmente o mercado imobiliário vem alcançando crescimento significativo no Brasil devido a vários fatores e em especial o incentivo do Governo Federal quanto à aquisição de imóveis pela população com o programa “Minha casa, minha vida”. A pesquisa apresenta os principais desafios do atendimento a clientes para que sejam fidelizados à empresa em questão, estabelecendo contato eficaz com o mesmo. A finalidade é identificar as vantagens e desvantagens na qualidade do atendimento. É importante a função desempenhada pelas organizações, através de métodos estratégicos no desenvolvimento da prestação de serviço, satisfazendo as necessidades dos clientes, utilizando a tecnologia agregada, a informação e o relacionamento interno representando grande diferencial para a empresa que preza por melhorias no clima organizacional. O relacionamento entre empresa e cliente adquire conhecimento sobre as pessoas, sendo que as informações processadas identificam os perfis, buscando a qualidade no atendimento. Conclui-se que o foco principal está na qualidade do atendimento que contribui para entender a importância deste e transformando em diferenciais competitivos.

Palavras-chave: Qualidade. Excelência no atendimento. Prestação de serviço. Satisfação do cliente.

MARKETING POLÍTICO E ELEITORAL

Oliveira, Aline Naiara Pelegrini de
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior - IMMES
alinenapelegrini@gmail.com

RESUMO

Nos dias atuais as campanhas eleitorais tendem a mostrar imagens muito mais de “emoção” do que propriamente a vida, o trabalho regresso do candidato ou também, da mesma maneira, que ele é transparente, pode ser totalmente sujo, como uma forma total de achar que somos hipócritas, banalizando nossos interesses. A forma emotiva e apelativa tratada na maioria das campanhas não condiz com a realidade vivida por boa parte da população. Apesar de melhorias significativas na vida dos brasileiros, é certo ainda que haja problemas e muitos a serem superados. O marketing deve priorizar também a imagem, a história do cidadão como ele é, não como querem que ele seja, sendo muito bem claro em todas as informações transparecidas no período de propaganda eleitoral. O problema é que com raras exceções, o modelo das campanhas de marketing político está bastante atrasado uma vez que também temos nos últimos anos um avanço muito grande do acesso a internet e com pouquíssimos candidatos se preparando para esse mundo amplo. Ao que parece está faltando uma visão de longo prazo para o marketing eleitoral, pois só pensam quando estão chegando perto das eleições. A diferença do marketing político e eleitoral é que o eleitoral, os candidatos fazem história no decorrer dos anos, ao contrário do político, que na maioria das vezes, é um marketing imediatista, e por isso, não é um trabalho que passe total confiança. Para se alcançar um bom resultado em qualquer campanha de marketing político é necessário que a comunicação com eleitor se dê de forma contínua e personalizada, e que esse relacionamento se dê em bases sólidas e eficientes em termos de marketing político.

Palavras chaves: Marketing político eleitoral. Bom resultado.

O CENÁRIO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPES) NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DESTE SETOR DA ECONOMIA.

Ribeiro, Lilian Santos
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior - IMMES
lilians.ribeiro01@gmail.com

RESUMO

As micro e pequenas empresas desempenham papel relevante para a economia brasileira. São agentes econômicos muito flexíveis, que proporcionam dinamismo ao mercado e representam significativas vantagens socioeconômicas para o país. Atuantes em todos os setores de atividade, estas empresas representam um “fôlego” extra para a economia nacional. Significam o sustento de muitas famílias brasileiras, são grande porta de entrada dos jovens no mercado de trabalho e também a alternativa de renda para muitos que já passaram dos 40 anos de idade. No entanto, as MPEs – Micro e Pequenas Empresas - por estarem inseridas num cenário altamente competitivo apresentam altas taxas de mortalidade, fato este atribuído ainda há diversas causas, tais como, falta de planejamento, deficiência na gestão, falta de políticas públicas, entre outras. Diante deste cenário o presente trabalho, de caráter bibliográfico, analisa os aspectos conceituais sobre micro e pequena empresa no Brasil e sua relevância para o desenvolvimento econômico brasileiro, abordando ainda os principais motivos de mortalidade das MPEs no Brasil.

Palavras-chave: MPE – Micro e pequena empresa. Contribuição econômica. Geração de empregos.

LIDERANÇA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

Salvi, Natália Galiani
Instituto Matonense Municipal de Ensino superior - IMMES
nataliags.26@gmail.com

RESUMO

Este artigo aborda aspectos relacionados à gestão de pessoas, tendo como referência as organizações emocionalmente inteligentes, adotando o conceito de que a inteligência emocional representa a capacidade de interação entre pessoas e relacionamentos, cultura e funções e que a inteligência é a capacidade de resolver problemas, enfrentar desafios ou criar produtos valiosos. No cenário organizacional atual o líder sofre pressões, incertezas e mudanças, mas através da inteligência emocional é possível administrar o bem-estar coletivo. Para a organização não importa apenas a formação ou o grau de especialização de uma pessoa, mas também a sua inteligência interpessoal. A relevância desse tema se consolida pela sua importância na abordagem ligada ao ambiente psicológico de trabalho e por destacar os conceitos de valores das organizações: responsabilidade, esforço e confiança. O indivíduo é visto não somente como parte do processo, mas como pessoa. Este trabalho tem como objetivo específico identificar nas pessoas os principais aspectos positivos a serem trabalhados, verificar o impacto quando os comportamentos não estão adequados e o quanto impactam no desenvolvimento do CHAR (Conhecimentos, habilidades, atitudes e resultados) Desta forma a proposta foi avaliar as deficiências emocionais encontradas no local de trabalho, como péssimo temperamento, trabalhadores intimidados ou líderes arrogantes e buscar alternativas de alteração. O referencial teórico que embasou a discussão foi a Teoria das Inteligências Múltiplas de Gardner.

Palavras-Chave: Liderança. Inteligência emocional. Habilidades interpessoais. Cenário organizacional.

PENSANDO NA MELHORIA CONTINUA

Santana, Nicodemos Berto
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
nicosan@ig.com.br

RESUMO

A melhoria continua pressupõe grandes mudanças nos hábitos das organizações com melhores planejamentos, e quando a empresa evolui dentro de um processo da melhoria continua, ficam mais rápidos os processos e também se incorporam a mudanças tecnológicas sejam elas gerenciais ou operacionais. Nas empresas hoje já é inevitável a busca pela melhoria continua, pois elas têm como base evoluir os seus processos, para que tenha um retorno melhor na economia e tempo de trabalho, sempre buscando a eficácia do trabalho. Muitas pessoas de diversas empresas preferem que a empresa continue sempre como ela esteve, e por esta razão existem as barreiras as mudanças em que estão presente em uma esfera organizacional. Então estas posturas mantidas pelas pessoas podem contribuir negativamente para a melhoria e desempenho da empresa. A melhoria continua, significa o envolvimento de todos dentro de uma organização, e o ser humano pode melhorar a cada dia e isso lhe permite encontrar soluções, se tornando cada vez mais capacitados não só como pessoas, mas também como profissionais.

Palavras-chave: PDCA – Métodos. Soluções.

MELHORIA NO ATENDIMENTO BANCÁRIO

Soares, Cleber
Instituto Matonense Municipal de Ensino superior - IMMES
clebersoares86@hotmail.com.br

RESUMO

Atualmente os empresários estão, cada vez mais, preocupados com a questão da qualidade. Desta forma, as empresas do setor financeiro não têm medido esforços para alcançar a excelência na qualidade, a começar com o atendimento aos seus clientes. A proposta deste trabalho foi a de realizar uma avaliação geral da qualidade dos serviços prestados pelas instituições financeiras. As pessoas em geral estão atreladas às instituições financeiras, dependendo delas o tempo todo, pois toda transação e movimentação financeira é por ela executadas, todavia, faz parte do nosso cotidiano estarmos freqüentando as agências ou postos bancários, contudo é quase impossível ir a uma agência bancária ou postos bancários e ser atendido em pouco tempo, perde-se vários minutos esperando chegar a vez de ser atendido. Isso acontecia somente nos grandes centros, porém com o passar do tempo até mesmo nas cidades pacatas do interior encontramos fila de espera nas agências bancárias, e isso é decorrência de vários fatores.

Palavras-chave: Qualidade. Satisfação. Insatisfação. Funcionário. Empresa.

GESTÃO POR COMPETÊNCIAS: UM DIFERENCIAL ESTRATÉGICO PARA A SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS – AVALIAÇÃO 360°

Sonego, Tiago
Instituto Matonense Municipal de Ensino superior – IMMES
tiago.sonego87@gmail.com

RESUMO

A proposta do presente estudo é apresentar a Gestão por Competências como uma importante ferramenta de Gestão de Pessoas utilizada pelas empresas modernas. O objetivo é descrever e analisar a Gestão por Competências como diferencial estratégico para a sustentabilidade das empresas, visto que a Gestão de Pessoas é um conjunto de políticas e práticas que permitem a conciliação entre organização e funcionário, com vista a promover o desenvolvimento do CHAR (Conhecimentos, Habilidades, Atitudes e Resultados). O conceito abordado é enxergar a competência como inteligência prática para resolução de problemas e situações; um saber agir, mobilizando, integrando e até transferindo conhecimentos e recursos para a execução de tarefas. No mercado empresarial hoje os olhos estão voltados para os seguintes indicadores de diferencial humano: competências fundamentais, gestão de pessoas, gestão do conhecimento, mudanças e a estrutura organizacional, inovação e custo de produção considerando esses aspectos como determinantes nos dias atuais para o desenvolvimento das lideranças. As características essenciais exigidas para o líder é que saiba agir, mobilizar os recursos necessários, se comunicar com transparência, aprender quando necessário, engajar-se, comprometer-se com o seu time, assumir responsabilidades e principalmente e não menos importante, ter visão estratégica. Para isso este estudo apresentará como ferramenta de análise de Gestão de Competências a Avaliação 360°

Palavras-chave: Gestão por competências. Avaliação 360°. Indicadores de diferencial humano. Gestor.

O PAPEL DO LÍDER NAS ORGANIZAÇÕES

Stankevicius, Thiago Laureano
Instituto Matonense Municipal de Ensino superior - IMMES
tl.stankevicius@uol.com.br

RESUMO

Liderança é, entre várias definições, a arte de influenciar pessoas, fazendo com que estas somem forças para alcançarem um objetivo comum. Em muitos casos o Líder também é um liderado, tendo que se reportar ao conselho de administração da empresa. O papel do líder nas organizações é de fundamental importância, uma vez que sem trabalho em equipe não há como obter êxito no ambiente empresarial, haja vista que onde existem pessoas também existe a necessidade de se estabelecer um líder para conduzir essas pessoas, onde também é papel deste saber influenciar e conduzir seus liderados, tendo o compromisso com o crescimento e desenvolvimento de sua equipe, compartilhando responsabilidades e resultados. Ser líder não significa ser um ditador, mas sim alguém que motiva pessoas principalmente sendo o exemplo a ser seguido, dando o real sentido da existência da equipe. Este trabalho tem por finalidade estudar e analisar definições na opinião de diversos autores acerca de liderança, bem como o papel deste no sucesso dos profissionais e da empresa. O trabalho não visa concluir uma definição única no contexto de liderança, mas sim ampliar a visão e aprimorar os conhecimentos relevantes ao assunto proposto, estudando alguns modelos de liderança tais como os seus diferentes impactos dentro das organizações. A metodologia usada foi a pesquisa bibliográfica na visão de vários autores que se dedicam ao assunto.

Palavras-chave: Liderança. Influência. Líder. Subordinado. Motivação.

MARKETING PESSOAL DO ADMINISTRADOR DE EMPRESAS

Tiburtino, Vinícius Matheus
Instituto Matonense Municipal de Ensino superior - IMMES
vinitiburtino@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho é mostrar a grande importância do Marketing Pessoal no profissional do Administrador de Empresas, para que ele possa desenvolver seu potencial, tornando-se um profissional de sucesso com sua realização profissional. O Administrador de Empresas desempenha vários papéis importantes em uma organização, e um dos papéis é satisfazer a necessidade do cliente, seja ele interno ou externo. Para satisfazer essa necessidade, o profissional deve investir em si mesmo, trabalhar a sua imagem, a sua postura e a sua marca profissional. Com isso, fará a diferença e marcará seu espaço no ambiente de trabalho, colocando em prática o seu conhecimento em Marketing Pessoal. É importante que, o Marketing Pessoal atue na vida do Administrador de Empresas tanto psicologicamente quanto fisicamente, em que podemos citar alguns elementos indispensáveis para o profissional, como a ética profissional e a relação interpessoal. A ética está relacionada com os valores e regras constituídas pela sociedade para que esta viva em harmonia, e é usada em quase todas as profissões e para isso o Administrador conta com o Código de Ética Profissional, que é um estatuto de postura profissional, que oferece orientações para uma profissão digna e de conduta profissional. A relação interpessoal traz alguns aspectos de comportamentos como motivação, atitudes e a satisfação de necessidades. Enfim, um Administrador capacitado, que desenvolve seu Marketing Pessoal, com certeza será valorizado e reconhecido em seu ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Marketing. Ética. Interpessoal. Potencial.



CURSO DE DIREITO

EMPREGADO PÚBLICO: EMENDA CONSTITUCIONAL 19/98 E A NOVA REDAÇÃO DO ART. 41 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Almeida, Elizabeth Regina de
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
elizabeth.era@hotmail.com

RESUMO

Na análise do art. 41 do texto constitucional, com a alteração dada pela EC 19/98, quando literalmente interpretada, chega-se à conclusão de que o empregado público não é beneficiário da estabilidade. No entanto, há divergências doutrinárias e jurisprudências quanto ao assunto e que serão abordados nesta monografia. Para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizada pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, acerca do assunto. Sendo abordado, além do tema principal, o conceito de administração pública, sua organização, bem como os agentes públicos, em especial, o empregado público, onde o foco recai sobre a garantia da estabilidade sob a ótica do artigo 41 da Constituição Federal e a Emenda Constitucional 19/98, e o atual entendimento do Tribunal Superior do Trabalho. Conclui-se, portanto, que a estabilidade prevista no artigo 41 da Constituição, no sentido literal alcança apenas os estatutários, porém o TST confere a estabilidade para os empregos públicos pertencentes à Administração direta, autárquica e fundacional, não estendendo a mesma estabilidade para os empregos públicos inerentes às sociedades de economia mista e empresas públicas.

Palavras-chave: Administração pública. Servidor público. Empregado público. Estabilidade do art. 41 da Constituição: doutrina e jurisprudência.

EDUCAÇÃO E CULTURA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Alves, Almir
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
alsudalves@hotmail.com

RESUMO

Este, um trabalho de pesquisa sobre leis que estão para garantir a educação e a cultura, partindo da breve análise de um contexto histórico que sempre que leva à compreensão da educação e cultura como direitos humanos demonstrando, no entanto, sempre há os que fazem esforços, muitas vezes fora de uma compreensão racional, para que a razão prevaleça. Analisa e pesquisa ainda doutrinadores que discutem o tema educação e cultura, que ainda não exatos sinônimos, sempre estarão intrinsecamente ligados, pois na verdade um não se configura sem a manifestação do outro. Considera o subjetivismo como faculdade individual que a lei protege, pois no inadimplemento do Estado, fica nas mãos dos particulares o dever de cobrança. Finalmente, denota esse escrito que a Constituição Federal estabelece o alicerce, não obstante a lei de diretrizes básicas (LDB) e o novo plano para duplicar o número de vaga para o ensino superior (PROUNI) bem como o Plano Nacional de Educação (PNE). Culmina com resumida análise do programa de cota para os negros e índios nas Universidades Públicas.

Palavras Chave: Educação e cultura. Leis. Subjetivismo. Garantias legais.

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE MEDIANTE CERTIDÃO DE ÓBITO FALSA

Arthur, Édipo Henrique
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
tr_edipo@citrosuco.com.br

RESUMO

O Código Penal brasileiro prevê em seu artigo 107, inciso I, que diante da morte do agente restará extinta a punibilidade, ou seja, o Estado não poderá mais exercer seu direito punitivo sobre o acusado que faleceu. Assim, a morte do agente deverá ser comprovada nos autos da ação penal, sendo suficiente para tanto que se junte a certidão de óbito. Diante da apresentação da certidão de óbito, o juiz, após vista do Ministério Público, declarará extinta a punição do agente. A presente pesquisa aborda os casos em que a certidão de óbito é falsa, ou seja, o acusado eivado pela má-fé, mente sua morte para se beneficiar. Com efeito, dada a presente situação, o poder judiciário, com o intuito de mitigar injustiças tenta moldar o ordenamento pátrio, que confronta com a opinião da doutrina majoritária brasileira. Assim, o trabalho foi dividido em sete capítulos, a fim de se esclarecerem os fundamentos utilizados para os posicionamentos do poder judiciário, bem como a doutrina acerca da discussão. O segundo capítulo traz os posicionamentos, demonstrando que parte majoritária da doutrina, juntamente com a parte minoritária do poder judiciário, afirmam que é impossível revisão criminal em favor da sociedade, entretanto, parte majoritária do poder judiciário, em consonância com parte minoritária da doutrina, entendem que a decisão com base em certidão de óbito falsa que aboliu a punibilidade, pode ser revogada. O terceiro capítulo expõe como ocorre a extinção da punibilidade e seus efeitos. O quarto capítulo explica todo o procedimento para obtenção da certidão de óbito. O quinto capítulo demonstra qual verdade deve ser buscada para colocar um ponto final na ação penal. O sexto capítulo traz o estudo da revisão criminal em favor do réu, e em favor da sociedade. E o sétimo e último capítulo classifica os tipos de sentenças existentes no ordenamento processual penal, e a possibilidade de relativizar a coisa julgada material.

Palavras chave: Pretensão punitiva. Extinção de punibilidade. Certidão de óbito falsa. Mitigar injustiças.

COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Ávila, Neuza Pereira
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
neuzasitta@yahoo.com.br

RESUMO

A Justiça do Trabalho vê-se abarrotada de processos aguardando a prestação jurisdicional, demanda ocasionada sobretudo pelo desemprego, resultante da instabilidade econômica que acarreta a queda da renda do trabalhador. Objetivando minorar a demanda e possibilitar celeridade processual na solução dos conflitos individuais trabalhistas, foi editada a Lei nº 9958, de 2000, que inseriu o artigo. 625, letras A à H, da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), criando as Comissões de Conciliação Prévia. Diante dessa realidade, o presente trabalho objetiva abordar o posicionamento acerca da real eficácia das Comissões de Conciliação Prévia no ordenamento jurídico, mister que, para ser alcançado, valeu-se de considerável pesquisa bibliográfica e jurisprudencial para o desenvolvimento do tema. Apresentando em seus cinco capítulos a justificativa para a criação das Comissões, os princípios aplicáveis ao direito do trabalho, as principais características, enquadramento jurídico e a submissão da demanda trabalhista às Comissões de Conciliação Prévia.

Palavras chave: Conciliação. Litígio. Justiça. Empregado. Morosidade. Submissão.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

Bonfim, Vitor Hugo
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
vitorduzentos@msn.com

RESUMO

O tema Periculosidade e adicional de periculosidade e seus aspectos técnicos, tem grande importância jurídica. Periculosidade se trata do dano causado ao trabalhador por exposição de agentes perigosos que afetam sua integridade física. A perícia é fundamental para a comprovação da periculosidade ou insalubridade. Se requerida na Justiça do Trabalho, a insalubridade ou periculosidade será averiguada por perito habilitado. Também é facultado às empresas e aos sindicatos das categorias profissionais interessadas requererem ao Ministério do Trabalho a realização de perícia em estabelecimento. Historicamente se tem demonstrado preocupação constante com a saúde e integridade física do trabalhador, mas não apenas deve-se preocupar, também é necessário agir e encontrar soluções práticas aos casos concretos. Não é aceitável apenas instituir o pagamento do Adicional de Periculosidade. Pois a maior preocupação deverá ser com a integridade física do trabalhador e respectivamente com a sua saúde e não simplesmente na obtenção de vantagem financeira.

Palavras-Chave: Periculosidade. Justiça do trabalho. Integridade do trabalhador.

DA EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA AO “NASCIMENTO” DO BRASIL

Bratifisch, Fernanda
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
fer-brat@hotmail.com

RESUMO

Devido a sua precoce constituição como nação, Portugal passou a expandir suas rotas comerciais, o que a levou ao território que hoje é o Brasil. Com a tardia colonização e posterior mudança da Família real portuguesa, necessário se fez a criação de um aparato burocrático para que o governo ibérico se desenvolvesse no novo continente. Anos depois retornando a monarquia à Portugal, proclamou-se a independência do Brasil, impulsionada por forte ideal liberal. A principal atividade econômica no vasto e novo território era a agricultura, alicerçada na exploração da mão-de-obra escrava, trazida diretamente da África. Escravidão que se justificava juridicamente ao transformar pessoas em *res*, sob os olhos e anuência da sociedade e da Coroa Portuguesa. As legislações vigentes no país de então, mesmo após sua independência, não cuidavam de imprimir direitos aos escravos, “objetos” considerados alienáveis cujos caminhos para a liberdade dificilmente poderiam trilhar, sendo-lhes ainda reservadas as penas mais cruéis do então Código Criminal, não obstante a Constituição do Império, silente ao Direito do Escravo. A situação só teve consideráveis melhoras após a pressão Inglesa para que houvesse o fim do tráfico humano, visto como obstáculo ao crescimento econômico e social das nações, iniciando-se com a lei Eusébio de Queirós, seguida da “Lei do Ventre Livre”, “Dos Sexagenários” e por ultimo a “Lei Áurea” decretada pela Rainha Isabel, nos idos de 1888, cerca de 120 anos atrás.

Palavras-chave: Formação política do Brasil. Instituições burocráticas. Evolução legislativa. Escravidão.

O RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA COMO ENTIDADE FAMILIAR

Coelho, Zuleide Pires de Moraes
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
zuleide@construtorabema.com.br

RESUMO

Este trabalho teve como propósito demonstrar o motivo que levou a Suprema Corte a reconhecer as uniões homoafetivas como entidade familiar. De início, foi relatada a existência de relações homossexuais na pré-história da humanidade, a influência do Cristianismo e chegando até os dias atuais. Devido à influência das tradições judaico-cristãs, todas as Constituições privilegiaram apenas as famílias matrimoniais como entidade familiar e nesse sentido a sociedade passou a marginalizar e não aceitar a união de pessoas do mesmo sexo. Contudo o conceito de família evoluiu e para o Direito moderno ganhou nova interpretação. Surge uma nova concepção de família, uma família fundada no afeto, uniões protegidas por diversos princípios, principalmente o da liberdade, da igualdade e da dignidade da pessoa humana. Diante do silêncio do legislador, coube aos magistrados a tarefa de resolver questões acerca das uniões homossexuais. Tarefa difícil, uma vez que aos operadores do direito inexistia a proteção legal. Foi a jurisprudência, então, a principal ferramenta que assegurou aos homossexuais o exercício da cidadania. Em 05 de maio de 2011, os Ministros do Supremo Tribunal Federal em conjunto julgaram a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, decidiram por unanimidade pelo reconhecimento da união estável homoafetiva como entidade familiar de pleno direito. Em um Estado Democrático de Direito, todas as pessoas são merecedoras de tutela jurídica. Assim, superando todas as discriminações e preconceitos, com coragem e sabedoria o Guardião da Constituição Federal reconhece as uniões homoafetivas como entidade familiar, assegurando aos parceiros homossexuais os mesmos direitos e deveres dos companheiros das uniões estáveis heterossexuais.

Palavras-Chave: Uniões homoafetivas. Entidade familiar. Dignidade da pessoa humana. Homossexuais. Heterossexuais.

GUARDA COMPARTILHADA – LEI 11.698/2008

Costa, Fernanda Concebida
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
nanda_concebida@hotmail.com

RESUMO

A presente monografia pretende apresentar a Lei 11.698 de 2008 que alterou os artigos 1.583 e 1.584 do Código Civil, o qual introduziu no ordenamento jurídico brasileiro o Instituto da Guarda Compartilhada, visando garantir ao menor uma convivência harmônica com ambos os genitores e seus familiares. Ao abordar este tema é necessário estudar a evolução histórica do direito de família, o ramo do direito que mais sofreu alterações no decorrer dos séculos, acompanhando a evolução da sociedade. Este trabalho demonstra a evolução do direito de família a partir do pátrio poder exercido exclusivamente pelo homem no direito romano, até a presente data, conseqüentemente a conquista feminina pela igualdade e o direito de exercer conjuntamente com o homem o poder familiar. Ao tratar da autoridade parental busca-se mostrar quais os deveres dos pais para com os filhos durante o exercício dessa autoridade. O foco desse trabalho é o Instituto da Guarda Compartilhada desde o surgimento na Inglaterra até a introdução no ordenamento brasileiro, sua evolução e aplicação. Trazendo dados estatísticos de sua aplicabilidade, jurisprudências sobre o tema e em quais casos será possível ou não sua aplicação. Demonstra também a busca do princípio do melhor interesse do menor de acordo com os dizeres da Constituição Federal.

Palavras chave: Poder familiar. Deveres dos pais. Compartilhamento. Princípio do melhor interesse do menor.

O DIVÓRCIO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Dias, Helena Ricci
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
hriccidias@yahoo.com.br

RESUMO

O instituto do casamento, desde os tempos mais remotos, sofreu grande influência da Igreja, principalmente a Católica, sendo considerado, por muito tempo, indissolúvel, de tal maneira que àqueles que contraiam núpcias ficavam sobre os casos de dissolução da sociedade e do vínculo conjugal, denominada Lei do Divórcio. Em 1977, o Direito de Família sofreu um avanço que foi de extrema importância, isto porque, foi promulgada a Emenda Constitucional nº. 09 que aboliu a indissolubilidade do casamento, sendo tal emenda, posteriormente, e no mesmo ano, regulamentada pela Lei 6.515/77, lei esta que passou a dispor sobre os casos de dissolução da sociedade e do vínculo conjugal, denominada Lei do Divórcio. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, novos avanços foram trazidos, uma vez que a Carta Magna reduziu os prazos para a concessão do divórcio que eram disciplinados pela Lei 6.515/77. Em 2002, com o advento do Código Civil, o legislador desperdiçou uma excelente oportunidade de extinguir o instituto da separação judicial do nosso ordenamento jurídico, uma vez que esta não acompanhava a evolução da sociedade brasileira o que reparou através da Emenda Constitucional nº. 66, que percorreu um árduo caminho e enfrentou duras críticas.

Palavras Chave: Casamento. Divórcio. Direito de família.

O CRIME DE ESTUPRO À LUZ DA LEI 12.015.

Félix, Antonio Erivando
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
erivandofelix@ymail.com

RESUMO

A Lei nº 12.015, de 07 de agosto de 2009, promoveu importante alteração e melhor adequação penal em relação aos crimes relacionados à liberdade sexual e agora denominados de “Crimes contra a Dignidade Sexual”. A reforma penal operada com a citada lei busca efetivar em nome do princípio da dignidade humana insculpido na Constituição Federal de 1988 maior autoestima do ser humano, seja na vida íntima e na privada vida sexual, não cabendo qualquer ingerência, salvo se destinadas unicamente para impedir atuações violentas contra qualquer pessoa. O crime de estupro e agora unificado com o crime de atentado violento ao pudor em um único dispositivo legal consiste na violação da dignidade sexual da pessoa e é efetivado mediante o constrangimento à praticar ou permitir que se pratique ato sexual consistente na relação carnal tradicional (relação pênis – vagina) ou qualquer outro ato diverso da conjunção carnal. O estupro é crime hediondo, uma vez que atinge inúmeros bens jurídicos protegidos pelo Direito Penal quais sejam: a liberdade, integridade física, saúde individual, honra e até mesmo em casos extremos o direito à vida. A Lei 12.015/2009 trouxe para o ordenamento jurídico penal a figura do estupro de vulnerável consistente em punir qualquer ato de natureza sexual envolvendo menores de 14 anos, enfermidade ou deficiência mental, bem como, vítimas que não possuem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência. Diante desta inovação legislativa e a fusão da figura do estupro e atentado violento ao pudor em um único tipo penal, competirá ao magistrado ao sentenciar o processo atender os reais interesses sociais, principalmente em decorrência da descoberta da sexualidade. Assim, a vulnerabilidade não pode ser vista como absoluta como pretendeu o legislador, mas sim, fruto de uma valoração destinada a prevalência da justiça.

Palavras chave: Crimes sexuais. Dignidade humana. Estupro. Atentado violento ao pudor. Vulnerabilidade.

SEGURANÇA PÚBLICA E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Fernandes, Sérgio
Instituto Matonense Municipal de Ensino superior - IMMES
fernandes.fernandes.sergio@gmail.com

RESUMO

A Segurança Pública esta presente na vida das pessoas desde os primórdios das civilizações, sendo que com o passar dos anos foi se corporificando no sentido de garantir a segurança jurídica no cumprimento das leis e a garantia do Estado de Direito da sociedade como um todo. Os agentes públicos imbuídos na função de preservação da ordem pública ganharam o Poder de Polícia e as Constituições passaram a inserir em seus textos como princípios básicos a segurança e a manutenção do Estado de Direito individual. Legislações infraconstitucionais ganharam espaço de maneira a interferir na vida social de cada um, sendo que algumas delas trouxeram certo grau de insegurança a população e as instituições policiais. O surgimento de substâncias psicotrópicas e a evolução tecnológica contribuíram com a proliferação da violência. O trabalho policial, em defesa das instituições democráticas e a manutenção do Estado de Direito, conseqüentemente tem que acompanhar essa evolução de maneira dar ao cidadão brasileiro, principalmente aqueles de bem, a sensação de segurança necessária a seu desenvolvimento intelectual e social.

Palavras-chave: Segurança pública. Estado. Agente.

PROTESTO EXTRAJUDICIAL COMO INSTRUMENTO DE SEGURANÇA JURÍDICA PARA A SOCIEDADE

Furlanetto, Josiani Marciano
Instituto Matonense Municipal de Ensino superior - IMMES
jofurlanetto@hotmail.com

RESUMO

O protesto extrajudicial é um ato formal e solene que tem por objetivo comprovar a impontualidade no pagamento de um título ou documento de dívida, garantindo com a lavratura do protesto o alcance dos seus efeitos. O devedor é informado de sua inadimplência por meio de intimação, possibilitando a solução dentro do tríduo legal. Nesse sentido faz-se uma diminuição na inadimplência, vez que o cartório recebe em pagamento média 60% (sessenta por cento) dos títulos apontados, conseqüentemente há grande diminuição de processos judiciais, levando em consideração que o credor busca o protesto extrajudicial por ser um ato simples, célere, seguro e eficaz. A atividade garante às partes segurança jurídica na realização de um negócio; imparcialidade na recepção, recebimento e lavratura do protesto do título ou documento de dívida, garante ainda eficiência na ordem dos serviços e na publicização dos seus efeitos. Ao publicar a informação do protesto nas entidades de crédito, o efeito do protesto é alcançado, garantindo segurança nos presentes e futuros negócios jurídicos, dessa forma as entidades de crédito são apenas prestadoras de serviço quanto à divulgação da informação e não a detentora da mesma. Portanto, o cartório de protesto é o órgão que previne e diminui o nível da inadimplência e garante a segurança jurídica na formalização de um negócio, certificando o credor de que encontrará informação segura, sem custo e sem dificuldade sobre um título apontado no tabelionato de protesto.

Palavras-Chave: Protesto extrajudicial. Inadimplência. Segurança jurídica. Publicidade dos efeitos. Entidades de créditos.

PEDÁGIO: NATUREZA JURÍDICA

Gagini, Uiara Aparecida
Instituto Matonense Municipal de Ensino superior - IMMES
uiara.matao@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho analisará a Natureza Jurídica do Pedágio com base nas normas constitucionais vigentes, no Sistema Tributário Nacional e nas espécies por este descritas. Serão ressaltados os pontos de contato entre impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios, contribuições e espécies para fiscais, expondo uma análise sobre a Administração Pública no Brasil, seus princípios regentes, mostrando a necessidade de licitações para construção de obras, contratação de serviços ou bens e concessão das rodovias, ponto este que nos faz chegar ao tema central deste trabalho, o pedágio. A natureza jurídica do pedágio causa debates entre os doutrinadores, pois estes procuram determinar se a referida cobrança satisfaz a um tributo ou a uma tarifa, e se tratando de tributo, em qual espécie ela se enquadraria. O objetivo deste trabalho, porém, não é estabelecer um ponto final quanto ao assunto, mas demonstrar as principais contribuições técnico-jurídicas existentes acerca da natureza jurídica do pedágio e os problemas ocasionados por sua dúbia interpretação. Deste modo, desenvolvem-se os debates referentes à prestação e à definição de sua natureza jurídica, considerando o aumento da concessão de rodovias à exploração da iniciativa privada, trazendo dúvidas, deve-se seguir o regime constitucional aplicável aos tributos, ou aplicar os critérios legais utilizados nos contratos administrativos.

Palavras Chave: Pedágio. Natureza jurídica do pedágio. Taxa. Preço público.

JUSTA CAUSA DO EMPREGADO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Gundmann, Clóvis
Instituto Matonense Municipal de Ensino superior - IMMES
cgundmann@itelefonica.com.br

RESUMO

O presente trabalho acadêmico pretende abordar o instituto trabalhista da justa causa, uma das hipóteses de rescisão do contrato de trabalho, ou seja, a terminação do vínculo de emprego, com a extinção das obrigações para os contratantes. O tema justa causa não tem sofrido alterações legislativas, e nem na jurisprudência, porém, os processos pelos quais se discutem referido instituto têm sofrido um relativo aumento, ou porque o empregador usa-o como forma de não pagar ao empregado quando da rescisão contratual, ou porque as relações de trabalho estejam se desenvolvendo de forma mais conturbada. A demissão por justa causa pode ocorrer em diversas situações, gerando um conflito entre empregado e empregador e que poderá ser regulado pela Justiça do Trabalho. Inicialmente, abordar-se-á a evolução legislativa do instituto. Far-se-á também uma breve análise do poder de direção do empregador para, em seguida, estudar o instituto da justa causa em sua essência, destacando-se sua estrutura, ou seja, os elementos que a integram e suas consequências. Por derradeiro, serão apresentados todos os atos que configuram a justa causa, analisando-os individualmente, com base no artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Palavras-chave: Justa causa. Empregado. Hipóteses.

PROGRESSÃO DE REGIME: UMA FERRAMENTA DE READAPTAÇÃO SOCIAL?

Maggi, Luis Fernando
Instituto Matonense Municipal de Ensino superior – IMMES
luisfernandomaggi@yahoo.com.br

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo demonstrar que apesar de toda mudança com relação ao sistema progressivo de cumprimento de pena no Brasil, ainda há uma enorme lacuna entre o “ser” e o “dever ser”. As referidas mudanças foram sempre no sentido de buscar atrelar direitos humanos no cumprimento de pena, onde se buscou a readaptação do indivíduo condenado para seu retorno à sociedade, fato este que inevitavelmente ocorrerá, haja vista nossa legislação pátria não adotar a prisão perpétua e nem a pena de morte como via de regra. São inúmeras as razões que nos remetem a acreditar que ainda nos encontramos voltados mais para uma utopia do que para um efetivo resultado, dentre elas: estabelecimentos prisionais super lotados, órgãos judiciários com uma demanda assustadoramente maior do que sua capacidade, não cumprimento dos aspectos da lei nas etapas de progressão de regime, etc. Neste sentido, se buscou fazer um apanhado, não exaustivo, porém cuidadoso, com uma forma a levar o entendimento do leitor quanto aos aspectos técnicos do sistema progressivo e, também, os aspectos sociais da questão. Destarte, o cerne de toda a questão gira exatamente entre este elo, esta linha tênue que une os aspectos técnicos e sociais, pois o direito busca regulamentar a vida em sociedade, e assim, deve ir se transformando e evoluindo junto com a sociedade. Por fim, o trabalho em comento traz os aspectos controversos e incontestados da doutrina e de nossos tribunais.

Palavras-chave: Monografia. Sistema progressivo de cumprimento de pena. Aspectos técnicos e sociais. Doutrina.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - LEI “MARIA DA PENHA”

Manoel, Aparecida Micheli
Instituto Matonense Municipal de Ensino superior - IMMES
michelinha_manoel@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho versará sobre a situação da mulher no Brasil perante a Lei Maria da Penha, e os consequentes danos aos direitos humanos, numa visão social na qual as mulheres figuram como principal objeto. A Lei nº 11.340/06, de 07 de agosto de 2006 conhecida como "Lei Maria da Penha" em homenagem a uma mulher vítima de violência doméstica, foi instituída para proporcionar meios de proteção a violência doméstica. Tomando por partido o avanço das legislações de proteção aos direitos humanos e a erradicação da discriminação contra as mulheres, vê-se a modificação na sociedade costumeiramente desigual, caminhando para uma cidadania mais justa.

Palavras-chave: Lei 11.340/2006. Direitos humanos. Violência doméstica.

INSTITUTO DA AUSÊNCIA E SEUS EFEITOS PREVIDENCIÁRIOS

Maturo, Edinéia Simoni
Instituto Matonense Municipal de Ensino superior - IMMES
edineiasimonematur@gmail.com

RESUMO

Ausência não era Instituto Jurídico utilizado na antiguidade, prescindindo-se de obras e registros remotos. Seus primeiros registros foram notados a partir das escrituras do Saltério e Odisseia, foi sendo aprimorada, levando-se em conta o passar das épocas. Para a legislação atual a ausência é um instituto que normatiza primeiramente os cuidados com o patrimônio do ausente, logo a nomeação da curadoria é em favor do patrimônio, diferente do tratamento disposto pelo Código Civil de 1916, que tratou o ausente como absolutamente incapaz. Ressaltamos que o instituto da ausência repercute em vários campos do Direito, no entanto o ausente que desaparecer sem deixar notícia de seu paradeiro sofrerá os efeitos causados pelo seu desaparecimento na sociedade conjugal, se for casado, na sucessão hereditária, na sociedade empresarial e no Direito previdenciário. O ausente retornando em meio às fases iniciais da ação de declaração de ausência receberá seu patrimônio no montante em que o deixou. Já retornando passados 10 anos da abertura da sucessão definitiva, não reaverá seu patrimônio, permanecendo a partilha como se fosse morto. No Direito Previdenciário, os sucessores do ausente são protegidos pela concessão da pensão por morte, hipótese em que o ausente seja contribuinte previdenciário, como nos mostra a Lei 8213 de 1991, que preceitua a disposição da pensão por morte aos herdeiros legitimados do ausente.

Palavras chave: Ausência. Sucessão. Morte presumida. Proteção previdenciária.

CRIMES VIRTUAIS

Melo, Rafael Moreira de
Instituto Matonense Municipal de Ensino superior - IMMES
rafaelmelo.dir@gmail.com

RESUMO

A nova era digital traz consigo uma inovação na evolução da sociedade, com isso vários fatores do mundo real também estão inseridos no mundo virtual, e assim pessoas más intencionadas utilizam esse meio para cometerem crimes que às vezes não são percebidos por seus usuários. O Direito deve acompanhar a sociedade e o avanço da tecnologia e sua inserção no cotidiano das pessoas, é assim que se faz a necessidade do direito regular as relações que passaram a serem desenvolvidas em ambiente virtual. O referido trabalho apresenta de forma geral os principais conceitos, caracterizações e classificações dos cibercrimes, considerando o bem jurídico lesionado e o que a legislação nacional já versa sobre o assunto, quanto a comentários sobre os projetos de leis existentes na câmara federal.

Palavras-Chave: Inovação digital. Ambiente virtual. Direito e tecnologia. Cibercrimes.

O SISTEMA PRISIONAL E A RESSOCIALIZAÇÃO DO DETENTO

Miguel, Eliel Silvano
Instituto Matonense Municipal de Ensino superior - IMMES
eliel.silvano@yahoo.com.br

RESUMO

O objeto de pesquisa deste trabalho monográfico é demonstrar a finalidade do sistema carcerário na sociedade, demonstrando conceito de pena desde o início da vida em sociedade, percorrendo até os dias atuais e criar uma breve análise sobre a legislação que trata sobre a execução penal no Brasil. Abordando assuntos sistemáticos e complexos, e formando um paralelo sobre como deveria ser o sistema prisional, e como o mesmo, realmente se encontra atualmente. E uma avaliação sobre a ressocialização do encarcerado, onde levantará um questionamento se realmente o sistema prisional brasileiro tem condições de ressocializar um criminoso e retorná-lo recuperado a sociedade.

Palavras chave: Sistema carcerário. Ressocialização do detento.

ASPECTOS DA TERCEIRIZAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO

Mortari, Márcia Meire
Instituto Matonense Municipal de Ensino superior - IMMES
marciammortari@hotmail.com

RESUMO

O objetivo do trabalho é identificar a caracterização de terceirização e efeitos jurídico-legais. Para tanto, são lançados três objetivos específicos. O primeiro objetivo específico é identificar a caracterização da terceirização. O segundo é analisar a Súmula 331 do TST. e o terceiro é identificar as ilicitudes, os efeitos jurídicos e a equitatividade proveniente da relação de terceirização. A terceirização requer cautela do ponto de vista econômico, pois implica planejamento de produtividade, qualidade e custos. Os cuidados devem ser redobrados do ponto de vista jurídico, porquanto a adoção de mão-de-obra terceirizada poderá implicar reconhecimento direto de vínculo empregatício com a tomadora de serviços, na hipótese de fraude, ou responsabilidade subsidiária dessa última, quando inadimplente a prestadora de serviços.

Palavras chave: Terceirização. Responsabilidade subsidiária. Atividade-fim. Vínculo empregatício.

AS MEDIDAS CAUTELARES E A EXCEÇÃO DA PRISÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO DIANTE DAS INOVAÇÕES DA LEI 12.403/2011

Fernandes, Luzia de Fátima
Instituto Matonense Municipal de Ensino superior - IMMES
lfnegregiol@hotmail.com

RESUMO

Desde os tempos mais remotos já podia se notar a existência do Direito Penal na vida em sociedade. Com penas demasiadamente cruéis buscou-se uma humanização das penas. O Código Penal Brasileiro vem se aperfeiçoando, com o passar dos tempos são introduzidas novas leis. As prisões cautelares são divididas em três espécies: prisão em flagrante, prisão temporária e prisão preventiva. Com o advento da nova lei 12.403/2011, o Código de Processo Penal Brasileiro sofreu profundas alterações, dentre elas a alteração do artigo 319 que trás medidas alternativas de como vincular o acusado ao processo. Não deixando o juiz adstrito a tomar decisões entre apenas duas medidas extremas a prisão cautelar ou a liberdade.

Palavras chave: Proporcionalidade. Individualização. Humanização. Evolução.

DIREITO SUCESSÓRIO DO CÔNJUGE E DO COMPANHEIRO

Paiola, Larissa M. M. Moreno
Instituto Matonense Municipal de Ensino superior - IMMES
larissapaiola@gmail.com

RESUMO

Durante a história o cônjuge vem adquirindo maior importância no Direito Sucessório. Anteriormente chamado a sucessão se não houvesse colaterais até o décimo grau, era praticamente impossível que a sucessão chegasse até ao cônjuge sobrevivente. Notável alteração quanto a ordem de vocação hereditária ocorreu no início do século XX, determinada pelo n 1.839/1907, tal preceito continuou presente no Código Civil de 1916, em seu artigo 1603, afirmado pelo art. 1.611, que na falta de descendentes e ascendentes a herança seria deferida por inteiro ao cônjuge e caso não houvesse nenhuma das classes anteriores a herança seria deferida aos colaterais até o 4 grau. No Código Civil de 1916 o cônjuge era herdeiro legítimo, já no Código Civil de 2002 o cônjuge passou a ser herdeiro necessário e em 1962 o legislador estabeleceu concorrência do cônjuge sobrevivente com as duas primeiras classes na ordem vocacional. Após a promulgação do novo Código Civil ele passou a ser considerado herdeiro necessário, concorrendo com descendentes, ascendentes, e em terceiro lugar, há a possibilidade de o cônjuge ser o único sucessor do de cujus, cabendo-lhe, à época da dissolução da sociedade conjugal, não obstante, metade do patrimônio adquirido, a título oneroso, na constância do casamento.

Palavras-chave: Sucessão do cônjuge. Sucessão do companheiro. Inconstitucionalidade do art. 1.790, CC.

JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA NOVA ABORDAGEM CRIMINAL

Soriano, Aline Franciele de Almeida
Instituto Matonense Municipal de Ensino superior - IMMES
aline-soriano@hotmail.com

RESUMO

A Justiça Restaurativa é inovador modelo de Justiça recomendado pela Resolução do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. O objetivo deste trabalho foi demonstrar uma análise teórica acerca deste tema. A Justiça Restaurativa está sendo aplicada em alguns países e está definindo uma nova abordagem para a questão do crime. Este trabalho apresentou a Justiça Restaurativa como um paradigma capaz de pacificar as relações sociais de um conflito. E, ainda, a Justiça Restaurativa contribui para o desenvolvimento da paz social.

Palavras-Chave: Justiça restaurativa. Conflitos sociais. Desenvolvimento. Pacificação social.